



PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

**ATO NORMATIVO Nº 379**

*Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.*

**O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo o artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e

**CONSIDERANDO** o que prevê o art. 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), de 4 de maio de 2000, observadas as prescrições da Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, do Ato Normativo STM nº 89, de 28 de maio de 2014, do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, de 12 de abril de 2017, e da Portaria nº 633/STN, de 18 de setembro de 2019.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União referente ao período de setembro de 2018 a agosto de 2019.

**Art. 2º** A publicação do Relatório de que trata o art. 1º deste Ato Normativo dar-se-á na forma do Anexo Único deste Ato, no qual se encontram o demonstrativo da despesa com pessoal (art. 55, inciso I, alínea "a", da LRF) e o demonstrativo dos limites de despesa com pessoal (Acórdão TCU 553/17 – item 9.4).

**Art. 3º** Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS

Almirante de Esquadra

Ministro-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 25/09/2019, às 18:55 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site



[http://sei.stm.jus.br/controlador\\_externo.php?](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#) informando o código verificador

**1582544** e o código CRC **397B4B31**.

---

1582544v4

Setor de Autarquias Sul, Quadra 01 Edifício-Sede, Bloco B - CEP 70098-900 - Brasília - DF - <http://www.stm.jus.br/>

## ANEXO Nº ÚNICO DO ATO NORMATIVO Nº 379/2019

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2018 A AGOSTO/2019

Anexo I - (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM REPOSTAS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) - (B)	
	LIQUIDADAS														
	set/18	out/18	nov/18	dez/18	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19			TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)
<b>DESPA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	30.997.832,30	31.379.043,67	48.891.025,33	47.078.858,70	35.301.604,72	35.430.023,12	35.070.221,64	34.375.648,74	34.021.622,66	46.913.291,65	34.037.362,36	34.488.995,63	447.985.531,52	4.809.304,97	422.794.836,49
<b>Pessoal Ativo</b>	15.214.674,80	15.841.814,47	25.044.196,31	21.439.137,62	18.219.083,81	17.494.717,83	17.860.823,45	17.026.729,01	16.826.922,00	20.698.781,78	16.853.832,50	17.055.739,83	219.576.453,41	4.809.304,97	224.385.758,38
Vinculaciontes, Variaciontes e Outras Despesas Variaveis	12.908.612,18	13.442.510,53	20.212.216,47	19.011.817,03	15.442.947,22	14.811.671,32	15.283.262,84	14.459.022,98	14.368.339,93	18.107.620,28	14.280.053,35	14.543.411,29	187.121.437,42	1.029.304,97	188.150.742,39
Beneficios Previdenciarios	2.306.062,62	2.389.303,94	4.791.979,84	2.427.320,59	2.376.136,59	2.683.046,51	2.577.560,61	2.567.706,03	2.458.582,07	2.591.161,50	2.573.827,15	2.512.328,54	32.455.015,99	3.780.000,00	36.235.015,99
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	15.783.157,50	15.537.229,20	23.846.829,02	25.639.721,08	17.082.520,91	17.935.305,29	17.209.398,19	17.348.920,73	17.194.700,66	26.214.509,87	17.183.529,86	17.433.255,80	228.409.078,11	0,00	228.409.078,11
Aposentadorias, Reservas e Reformas	9.574.358,00	9.448.398,69	14.471.598,04	16.184.424,58	10.514.454,93	10.801.788,63	10.490.631,76	10.589.261,17	10.574.222,38	16.282.465,14	10.580.994,77	10.571.641,18	140.304.239,27	0,00	140.304.239,27
Pensões	6.208.799,50	6.068.830,51	9.175.230,98	9.455.296,50	6.568.065,98	7.133.516,66	6.718.766,43	6.759.659,56	6.620.478,28	9.932.044,73	6.602.535,09	6.861.614,62	88.104.838,84	0,00	88.104.838,84
Outros Beneficios Previdenciarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirizacao ou de contratacao de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	6.618,18	7.434,89	6.618,18	9.277.817,71	17.202.676,07	17.950.608,17	17.207.862,91	17.355.290,98	17.200.158,88	26.281.726,66	-44.315,12	-50.554,73	122.401.942,73	1.029.304,97	123.431.247,75
Indenizacoes por Demissao e Incentivos à Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisao Judicial de Periodo Anterior ao da Apropriacao	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	492,25	492,25	492,25	492,25	492,25	492,25	6.618,18	6.618,18	42.662,58	0,00	42.662,58
Despesas de Exercicios Anteriores de Periodo Anterior ao da Apropriacao	0,00	816,71	0,00	2.994.421,41	119.662,91	14.810,63	-2.027,53	5.878,00	4.965,97	66.724,54	-1.327,56	-1.335,80	3.202.589,28	1.029.304,97	4.231.894,25
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	17.082.520,91	17.935.305,29	17.209.398,19	17.348.920,73	17.194.700,66	26.214.509,87	-49.603,74	-53.837,11	119.156.690,92	0,00	119.156.690,92
<b>DESPA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	30.991.214,12	31.371.608,78	48.884.407,15	37.801.040,99	18.098.928,65	17.479.414,95	17.862.358,73	17.020.358,76	16.821.463,78	20.631.564,99	34.081.677,48	34.539.530,36	325.583.588,74	3.780.000,00	329.363.588,74

APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (IV)	829.157.292.075,07	
DESPA LIQUIDA COM PESSOAL (III) (C)	329.363.588,74	0,039723%
LIMITE MAXIMO (VI) (incisos I e II, art. 20 da LRF)	668.101.779,66	0,080576%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,35 x VI) (paragrafo unico do art. 22 da LRF)	634.636.696,68	0,076547%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,30 x VI) (inciso II do art. 20 da LRF)	601.231.601,70	0,072582%

FONTE: Tesouro Geral, Justiça Militar da União, 12/09/2019, 15h30min.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercicio, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercicio anterior continuaram a ser informados nesse campo. Estes valores não sofrem alteracao pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser anulados.

Nota: 1) Durante o exercicio, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercicio, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparencia, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou servico, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercicio, por força do art. 35, inciso I da Lei 4.320/64.

2) Limite Legal da MPU = 0,080576% e Limite Prudencial da MPU = 0,076547% conforme Resolucao CNJ nº 177/2013.

3) No 2º Quadrimestre de 2019 houve aumento no valor de R\$ 38.747.800 do total executado Despesa Liquida com Pessoal, em relacao ao 2º Quadrimestre de 2018 (aumentou de 15%). Tal aumento se deveu a reducao do repasse de recursos nas fontes vinculadas (DES e ODES) e ao aumento na fonte 150 (Contribuicao para o Financiamento da Seguridade Social - COFRES) para pagamento de despesas com inativos e pensionistas. Assim, essa despesa não pode ser inscrita considerada não computada e, consequentemente, impactam no aumento percentual da Despesa com Pessoal da Justiça Militar da União (JMU).

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO, ITEM 9.4  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2018 A AGOSTO/2019

R\$ 1,00

		DESPESAS EXECUTADAS	
DESPA BRUTA COM PESSOAL (I)		422.794.836,49	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		123.431.247,75	
<b>DESPA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>		<b>329.363.588,74</b>	
APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)		829.157.292.075,07	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0,039723%	
LIMITE MAXIMO (VI)	LRF, art. 20, incisos I, II e III		0,101900%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente 2:	844.911.280,62
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente 2:	0,101798%
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente 2:	844.065.540,19
	Justica do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 3		0,080726%
			668.101.779,66

1) Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

2) Indicar o Ato (portaria, resolucao, deliberacao etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolucao do Conselho Nacional de Justiça

3) Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho


MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS  
Almirante de Esquadra  
Ministro-Presidente


SÍLVIO ARTUR MEIRA STARLING  
Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACHADO  
Diretor de Orçamento e Finanças

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA  
Secretário de Controle Interno

 Documento assinado eletronicamente por VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO, em 25/09/2019, às 13:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 Documento assinado eletronicamente por AFONSO IVAN MACHADO, DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, em 25/09/2019, às 13:45 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 Documento assinado eletronicamente por SÍLVIO ARTUR MEIRA STARLING, DIRETOR-GERAL, em 25/09/2019, às 15:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º,

III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 25/09/2019, às 18:55 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[http://sei.stm.jus.br/controlador\\_externo.php?](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador

**1582549** e o código CRC **3F195EF0**.

1582549v3

Sector de Autarquias Sul, Quadra 01 Edifício-Sede, Bloco B - CEP 70098-900 - Brasília - DF - <http://www.stm.jus.br/>